

Relator decide propor o parlamentarismo puro

Josemar Gonçalves



Deputados argumentam: a Comissão funciona com um integrante a mais

Sistema de Governo

PT e PDT impedem sessão

Parlamentares do PT e do PDT retiraram-se ontem da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, impedindo que fosse alcançado o Quorum para a votação, sob o argumento de que a Comissão está funcionando ilegalmente, com um integrante a mais do que o permitido (63) pelo Regimento Interno da Constituinte. O presidente da Comissão, deputado Oscar Corrêa (PFL/MG), levou o problema ao presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães, que pediu ao líder do PMDB, Mário Covas, a retirada de um dos constituintes de seu partido.

Estamos com uma Comissão funcionando ilegalmente - afirmou o deputado Bocayuva Cunha (PDT/RJ), autor da questão de ordem que provocou a saída dos pequenos partidos do Plenário. A Comissão votava um recurso do deputado José Genoíno (PT/SP) para alterar o número de integrantes da Comissão de Sistema-

tização quando, informado de que a Organização dos Poderes tinha 64 membros, em vez de 63, Bocayuva Cunha perguntou ao presidente qual seria o número considerado para maioria absoluta. Oscar Corrêa respondeu que era 33 (tendo como base os 64 integrantes), decisão que não agradou os integrantes do PT e do PDT, que se retiraram.

Apesar de autor do requerimento em votação, José Genoíno disse que os deputados estão dispostos a continuar obstruindo os trabalhos até que o PMDB, que tem 35 integrantes mas, pela proporcionalidade, deveria ter só 34, retire um constituinte da Comissão. Nova reunião foi marcada para a próxima quarta-feira, adiando pela terceira vez a votação da matéria.

Agenda - Não haverá atividades, enquanto não for solucionada irregularidade na composição da Comissão.

Garantias Individuais

Direito do trabalhador tem oposição no PMDB

Cresce a insatisfação dos Constituintes conservadores que têm assento à Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher como tom "progressista" empregado pelo relator, senador José Bisol (PMDB/RS), na primeira versão do substitutivo. Inclusive o deputado José Mendonça de Moraes (PMDB/MG) confirmou que a ala conservadora está intensificando articulações como forma de "derrubar" integralmente todo o relatório Bisol. O dia 12 próximo, data da votação do substitutivo final, reserva um clima de guerra.

Os conservadores, irritados com a exclusão da pena de morte e a liberalização do aborto e da censura, estão dedicando horário integral à elaboração de emendas supressivas à questões polêmicas aprovadas pelo relator, como o direito à greve sindicalização, além do voto destituinte e a concessão de anistia geral e irrestrita. "Se eles acham que vamos inocentes como cordeirinhos para o matadouro, podem preparar ar-

gumentos que a luta está próxima", avisou Mendonça de Moraes. O parlamentar mineiro frisou que o relatório Bisol está "recheado de interesses ideológicos e atropela o curso natural das mudanças reivindicadas pelopovo".

Entre as idéias consideradas "progressistas" do senador Bisol estão a criação de Tribunais de Garantias Constitucionais e o voto destituinte, para cassar mandato de parlamentares que percam a credibilidade popular. O voto aos 16 anos estendido aos militares também foi mantido pelo relator. A definição de que o Estado tem o dever prioritário de garantir a alimentação, saúde, trabalho, moradia, saneamento básico, seguridade social, educação e transporte coletivo ao cidadão foi outro ponto considerado importante pelo deputado petista José Genoíno. Marco Antônio.

Agenda - A Comissão Temática não se reúne hoje. Os membros aguardam a apresentação do substitutivo preliminar, domingo, para apresentação de emendas.

Organização do Estado

Parlamentares tentam impedir veto de Richa

Os componentes da Comissão de Organização do Estado estão se articulando para derrubar o substitutivo do relator, senador José Richa (PMDB-PR), que não acolhe qualquer emenda sobre a criação de novas Unidades na Federação.

Os Constituintes - que preferem não se manifestar formalmente antes da publicação do substitutivo - estão definindo a atitude de José Richa em relação à questão "como a de Pôncio Pilatos, que preferiu lavar as mãos". O acolhimento de qualquer emenda sobre Estados exigiria dele uma posição sobre o Estado de Iguazu, desmembramento do Sul do Paraná e norte de Santa Catarina. Explicam que, se fosse favorável a essa nova unidade, estaria desagradando o norte do Estado, e se preferisse a rejeição, provocaria perda razoável nas bases eleitorais do Sul do Estado.

Os componentes da Comissão informaram que este grupo, composto pela maioria dela, vem sendo articulado pelos deputados Fernando Gomes (PMDB-BA) e Siqueira Campos (PDC-GO) - relator da subcomissão que definiu a redivisão territorial e elevação dos Territórios para Estados por unanimidade.

O senador José Richa afirmou ontem que o seu substitutivo deverá ficar pronto hoje ao meio-dia. Durante todo o dia de ontem o relator da Comissão de Organização do Estado dedicou-se à redação do anteprojeto que será apresentado aos componentes na reunião de amanhã. Declarou que a única supressão, feita em relação aos anteprojeto aprovados nas subcomissões, diz respeito à criação de novas Unidades da Federação.

Agenda - Não há reunião. O relator, senador José Richa prepara o substitutivo que deverá ser encaminhado para impressão ao meio-dia.

PFL se reúne para definir sua atuação

O PFL inicia na próxima terça-feira uma série de cinco reuniões, com 30 parlamentares cada, para definir como atuará nas últimas três fases dos trabalhos da Constituinte. Ao anunciar os próximos passos do partido, o senador Marco Maciel (PFL/PE) disse que passada a primeira fase da Constituinte, considerada uma espécie de "vestibular", onde cada parlamentar seguiu seu pensamento sem qualquer definição partidária, o PFL vai começar a fixar diretrizes.

A segunda fase do trabalho, segundo o senador, será feita com os presidentes do partido nos estados, territórios e Distrito Federal, em reunião marcada para o dia 22. A Executiva do partido também fará visitas aos estados, iniciando por São Paulo, dia 16, e Rio de Janeiro, dia 28.

O presidente do PFL Marco Maciel, informou que, tendo em vista as eleições municipais do ano que vem, o partido deflagrará uma intensa campanha de organização e mobilização. O objetivo do senador e que até o primeiro trimestre do próximo ano o PFL esteja estruturado em todos os municípios brasileiros - cerca de 4.300. Hoje, o PFL tem diretórios em cerca de 2100 municípios.

Dentro dessa estratégia, o PFL, segundo o senador Marco Maciel vai lançar um programa de filiação partidária fundamentada em dois estágios. Primeiro, filiar pessoas ilustres da vida nacional tais como artistas, intelectuais. Em segundo, um trabalho de filiação nas bases "para enraizar o partido".

O senador Marco Maciel revelou que está nos planos da Executiva do partido lançar em cada estado a "semana da filiação".

O relator da Comissão do Sistema de Governo, deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), está decidido a adotar, no seu substitutivo, um regime parlamentarista clássico para o país, o que significaria a eliminação completa do papel político atribuído ao presidente da República no regime atual. Esta é a convicção que Egídio tem transmitido aos seus interlocutores, nas discussões que desenvolve com vistas à elaboração do parecer da Comissão.

Com a adoção do sistema parlamentarista, após a promulgação da nova Constituição, o mandato presidencial passaria a ser irrelevante, já que o presidente da República teria função meramente de chefe de Estado, sem direito a qualquer participação no governo.

Egídio Ferreira Lima pretende aproveitar, em grande parte, o relatório do senador José Fogaça (PMDB-RS) aprovado na Subcomissão do Poder Executivo, mas sem os "aleijões" impostos pelo grupo do deputado Expedito Machado (PMDB-CE), do "Centro Democrático", como a exclusão dos ministros militares do voto de confiança do Congresso. O relator vai igualar todos os ministros evitando que se institucionalize a tutela militar ao privilegiar os titulares das Forças Armadas, segundo resumiu Fogaça.

Na questão da competência do primeiro-ministro e do presidente da República, a idéia de Egídio Ferreira Lima é a de dar ao primeiro o poder de iniciativa das leis. O processo legislativo, então, seria iniciado pelo primeiro-ministro, função atualmente atribuída ao chefe do Executivo. Caberia ao presidente o direito de sancionar ou vetar as leis aprovadas pelo Congresso.

A principal diferença entre o relatório do senador José Fogaça e o parlamentarismo defendido pelo relator da comissão é quanto à montagem do governo. Enquanto Fogaça defende em seu parecer a participação do presidente da República, do primeiro-ministro e do Congresso na engenharia política para a composição da equipe de governo, Egídio exclui completamente o presidente destas articulações.

Na opinião de José Fogaça, a exclusão proposta por Egídio poderá levar o país a crises institucionais de coabitação política entre governantes eleitos pelo voto direto, como ocorre atualmente na França, nação que adotou o parlamentarismo em 1958.

Emenda reduz ministros a dez

O deputado Lúcio Alcântara (PFL/CE) apresentou emenda à Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, "que fixa em dez o número de ministros de Estado, escolhidos entre brasileiros no pleno exercício dos direitos políticos".

Na opinião do deputado Lúcio Alcântara, um ministério com dez integrantes, torna mais eficaz o controle de seu desempenho, tanto pelo presidente da República quanto pelo Congresso Nacional, "conferindo mais certeza de responsabilidade política e administrativa, reforçada pela obrigatoriedade de comparecimento ao Congresso Nacional e da possibilidade de moção de censura".

Outra emenda apresentada à Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo foi a de autoria do deputado José Carlos Grecco, (PMDB/SP), "que cria o Conselho Nacional de Estado".

Este conselho, com jurisdição em todo o território nacional, terá por objetivo o controle da função administrativa e dos poderes do Estado, "em todos os seus níveis".

